

Família, Maternidade e Profissão Militar

A partir do início dos anos 70, a maior parte dos exércitos ocidentais passou a admitir mulheres nas fileiras, assinalando uma ruptura com o esquema tradicional da sua participação nas Forças Armadas. Ao contrário dos precedentes históricos - em que o envolvimento feminino em actividades combatentes se revestiu quase sempre de um carácter excepcional - este novo apelo não teve lugar em tempo de guerra; e, de simples auxiliares na origem, elas conquistaram o estatuto de militares recebendo uma formação idêntica à dos homens e desempenhando funções em variados domínios.

Trata-se de um processo decorrente de profundas mutações que atravessam o conjunto da sociedade, marcando, desde a II Guerra Mundial, tanto a gestão da violência e a estrutura sócio-organizativa das instituições militares como as relações intersexos e o padrão de participação social das mulheres.

Não obstante a decisiva influência que este último aspecto veio adquirindo em décadas recentes - actuante designadamente no âmbito das condições sociais, económicas e políticas que tornaram possível o acesso de mulheres às Forças Armadas -, as razões que, do ponto de vista da organização militar, estiveram directamente na base da intensificação do apelo à integração feminina podem considerar-se bastante mais prosaicas. É unânime a constatação de que são factores relacionados a dificuldades de recrutamento, e a consequente necessidade de alargar a sua base social, que motivaram a alteração das políticas militares - relativamente às mulheres. Em boa medida, elas funcionaram como reserva de força de trabalho a que as Forças Armadas não puderam deixar de recorrer, face à contingência de significativas quebras de pessoal qualificado disponível no mercado de trabalho. Com efeito, as crescentes exigências tecnológicas, a implementação de sistemas de armas e formas de gestão cada vez mais sofisticados, bem como a tendência

para uma gradual restrição e profissionalização das forças militares, implicaram a necessidade de recurso a pessoal cada vez mais qualificado, agudizando a dependência das Forças Armadas relativamente ao mercado de trabalho global. Por outro lado, num contexto em que, do ponto de vista cultural, as Forças Armadas parecem sofrer os efeitos de uma crise de legitimação e prestígio que tornam a vida militar pouco atraente para os jovens, a abertura às mulheres representou "um aumento dos recursos disponíveis e a possibilidade - em virtude das disparidades intersexos no mercado de trabalho - de recrutar pessoal qualificado com menores custos"¹.

¹ REYNAUD, Emmanuel. *Les Femmes, la Violence et l'Armée*. Paris: FEDN, 1988, p.30.

Em Portugal, o recrutamento feminino desenvolveu-se a partir de 1990, coincidindo com um processo de reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas, no âmbito do qual o Serviço Militar foi objecto de significativas alterações, designadamente no que se refere à redução do tempo de prestação do Serviço Efectivo Normal, e aos novos regimes de voluntariado e contrato - aqueles em que justamente se tornou possível a presença feminina. Quatro anos depois haviam já sido incorporadas cerca de 1.000 mulheres para o cumprimento do serviço militar em regime de voluntariado nos três ramos das Forças Armadas, incluindo as Academias e Escolas Superiores Militares. Apesar de existir ainda um conjunto de especialidades que lhes estão vedadas, podem já aceder a um amplo número de funções, incluindo algumas não tradicionalmente femininas.

Este artigo propõe-se reflectir em torno de uma das múltiplas dimensões de análise que tal problemática suscita: a das relações entre família e profissão militar no quadro particular da integração militar feminina.

Após equacionar o problema considerando os resultados de estudos provenientes de diversos países, observar-se-ão informações obtidas através de um inquérito por questionário, realizado em 1994, de todas as mulheres que prestavam serviço nas diferentes unidades e estabelecimentos dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas.

Embora orientado para a exploração de outras áreas problemáticas - o que justifica alguma superficialidade da informação empírica aí recolhida relativamente à questão da relação família/instituição militar - este inquérito não deixou de revelar pistas interessantes nesse domínio. Na segunda parte do presente texto ensaia-se pois uma primeira abordagem do tema - fundamentalmente a partir de um conjunto alargado de observações acrescentadas às do questionário - cujo aprofundamento deverá acompanhar a própria evolução do processo da participação militar feminina em Portugal.

Instituições vorazes

De um ponto de vista histórico, as relações entre a instituição militar e a família sempre se revestiram de aspectos conflituais, sendo conhecida a tradicional dificuldade de adaptação entre as exigências de estabilidade da vida familiar e as lógicas de permanente disponibilidade, mobilidade e risco que, em maior ou menor grau, sempre caracterizaram a profissão militar.

Trata-se naturalmente de um antagonismo cuja configuração sofreu alterações, na exacta medida das profundas transformações que nas últimas décadas se registraram, tanto no que se refere à estrutura e modo de funcionamento das instituições militares como no que respeita à alteração dos modelos familiares e do padrão de participação social das mulheres.

Poderia pensar-se que a tendência para uma maior aproximação das Forças Armadas à racionalidade e aos modelos organizativos prevalecentes da sociedade civil e uma maior convergência no plano simbólico-cultural aos valores aí dominantes permitiriam uma melhor articulação com novos modelos familiares mais flexíveis, favorecendo, desta forma, a dissolução dessa tradicional tensão. No entanto, algumas tendências recentes, quer ao nível de dinâmicas sociais globais - designadamente a crescente participação feminina no mercado de trabalho - como ao nível das famílias militares em particular - entre outras, o aumento da taxa de nupcialidade de militares nos postos inferiores da hierarquia, uma cada vez mais expressiva percentagem de famílias monoparentais entre os militares homens e mulheres, existência crescente de mães militares ou ainda casamento entre militares - parecem ir no sentido de uma agudização potencial do conflito, tornando mais problemática ainda a adaptação entre ambas as instituições.

A ampliação de tais dificuldades dever-se-á, em larga medida, ao facto de, como salienta M. Segal², tanto as Forças Armadas como a família poderem ser consideradas instituições 'vorazes', numa aplicação do conceito *greedy institution* desenvolvido por Lewis Coser³. Na perspectiva desta autora, ambas são instituições que dependem fortemente do empenhamento dos seus membros e lhes impõem um elevado nível de exigências em termos de lealdade, tempo e energia, por contraposição a outras instituições que tendem a limitar essas pressões normativas, possibilitando aos indivíduos a conciliação de diferentes tipos de actividade e pertenças.

Sendo certo que globalmente a família impõe exigências a todos os membros - embora com intensidades diferentes ao longo do seu próprio ciclo de cresci-

² SEGAL, Mady. The Military and the Family as Greedy Institutions. In MOSKOS, C., WOOD, F. (eds.) *The Military: more than just a job?* Washington: Pergamon-Brassey's, 1988.

³ COSER, Lewis. *Greedy Institutions: patterns of undivided commitment*. Nova Iorque: Free Press, 1974.

mento - ela é, no entanto, particularmente 'voraz' para as mulheres, já que, em geral, delas se espera que ainvistam mais tempo e energia emocional do que a solicitada aos homens. Embora a alteração do padrão de relações conjugais e uma maior equidade na repartição das obrigações familiares entre sexos tenha vindo a interferir positivamente na transformação dessa 'voracidade selectiva' - provocando no entanto uma maior pressão sobre os homens -, os estudos disponíveis sobre trabalho feminino continuam a testemunhar a existência de formas de segregação das mulheres aos vários níveis da estrutura do mercado de trabalho, que se exprimem, entre outros aspectos, pela sua exclusão de certo tipo de ocupações ou posições que exigem uma dedicação inconciliável com as obrigações familiares e o cuidado dos filhos.

Não admira, portanto, que o tipo de exigências colocadas pelas Forças Armadas, designadamente uma acentuada mobilidade geográfica, separação periódica da família em virtude de treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte, colidam com as necessidades e solicitações que a vida familiar e a maternidade impõem às mulheres, tornando particularmente complexa e conflitual a arbitragem entre ambas as pertenças.

Ora, se em rigor se impõe afirmar que esta dificuldade na articulação da vida familiar com a vida profissional não constitui um aspecto exclusivo da profissão militar e muito menos um problema que apenas afecte as mulheres, é um facto amplamente reconhecido em diversos trabalhos que têm vindo a ser produzidos nesta área que tal fenómeno penaliza de forma muito particular neste contexto as mulheres militares, influenciando decisivamente as suas estratégias e opções de carreira.

Se a lógica que preside ao desenvolvimento das várias carreiras militares depende em larga medida de constrangimentos formais e institucionais, ela não deixará também de ser tributária de condicionamentos e opções que - dentro dos limites organizativos - as trajectórias biográficas e sociais vão impondo aos militares na formulação de projectos e na definição de possibilidades objectivas. A perspectiva deste texto é pois a de que isto é particularmente relevante no caso das mulheres.

Os estudos disponíveis mostram justamente que a maternidade constitui a principal razão para o não realistamento das mulheres, o que acontece com maior frequência no caso daquelas que se encontram colocadas em áreas e especialidades não tradicionais,

sujeitas a maior irregularidade de horários. Alguns dos trabalhos realizados nos Estados Unidos na década de 80 destacavam já a maior propensão das mulheres relativamente aos homens para abandonar precocemente a carreira militar devido a responsabilidades familiares, revelando ainda que a existência de filhos diminuía em 69% a sua probabilidade de realistamento⁴. Por outro lado, conforme ilustram também dados obtidos sobre o caso francês, "a maternidade significa uma menor disponibilidade para a actividade profissional e pode incitar a um desinvestimento na carreira. Nas Forças Armadas, não apenas os projectos de atingir o posto de oficial são quase automaticamente postos em causa, como a simples execução das tarefas quotidianas - sobretudo nas especialidades operacionais - pode tornar-se problemática"⁵. Nesta situação, as estratégias podem variar entre o imediato abandono após o nascimento do primeiro filho ou a opção por uma 'carreira a duas velocidades', ou seja, uma grande disponibilidade anterior à maternidade seguida pelo desejo de uma actividade mais calma e sedentária.

Mas estes estudos mostram também que mesmo o casamento pode representar para as mulheres uma forte limitação às suas ambições profissionais. Uma análise sobre as diferenças de estatuto conjugal entre homens e mulheres nas Forças Armadas Americanas, referida a 1985, indicava, por exemplo, que os homens mais graduados apresentavam percentagens de nupcialidade superiores aos menos graduados (89% contra 27%), passando-se exactamente o oposto no caso das mulheres, sendo aliás bastante menor a percentagem de militares casadas em qualquer dos grupos (35% entre as praças e 26% entre as oficiais). Adicionalmente, enquanto apenas 10% dos homens não tinham filhos, essa era a situação para 70% das mulheres. Comentando estes dados, C. Moskos afirma: "(...) as mulheres militares são pressionadas pelo *status quo* a permanecerem solteiras, ou, se casadas, a não terem filhos. As exigências institucionais da vida militar sobre o pessoal de carreira são muito mais pesadas para as mulheres que para os homens"⁶.

A própria situação de gravidez tem constituído um dos temas mais controverso e emotivo dos debates em torno da participação militar feminina. Embora no passado alguns dados estatísticos relativos às Forças Armadas Americanas tenham revelado que as percas de tempo em serviço não apresentavam diferenças significativas entre homens e mulheres, e que, na realidade, os homens haviam perdido em média mais tempo em virtude do abuso de drogas, álcool e saídas sem licença, que as mulheres por todos esses motivos

⁴ SHIELDS, Patricia M.. Sex Roles in the Military. In MOSKOS, C., WOOD, F. (eds.) *The Military: more than just a job?* Washington: Pergamon-Brassey's, 1988.

⁵ REYNAUD, Emmanuel. *Les Femmes, la Violence et l'Armée*. Paris: FEDN, 1988, p. 71.

⁶ MOSKOS, C., WOOD, F. (eds.) *Op. Cit.*, p. 285.

⁷ HOLM, Jeanne. *Women in the Military: an unfinished revolution*. Novato, Calif.: Presidio Press, 1993, p.303.

⁸ BINKIN, BACH. *Women and the Military*. Washington: The Brookings Institution, 1977; HOLM, op. cit.; SHIELDS, op. cit..

⁹ TUTEN, Jeff M.. *The Argument Against Female Combatants*. In GOLDMAN, Nancy L. *Female Soldiers: combatants or noncombatants? Historical and Contemporary Perspectives*. Westport: Greenwood Press, 1982, p. 251.

¹⁰ MOSKOS, C.. *La Nueva Organización Militar: institucional, ocupacional o plural?* In BAÑON, Rafael, OLMEDA, J. Antonio (eds). *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*. Madrid: Alianza Universidad, 1985, p.46.

¹¹ REYNAUD, Emmanuel. *Les Femmes, la Violence et l'Armée*. Paris: FEDN, 1988, p.126.

combinados com a gravidez⁷, a verdade é que a presença de mulheres grávidas nas Forças Armadas tem sido encarada como uma ameaça à eficácia militar e à capacidade de mobilização das tropas⁸. Em muitos casos, a gravidez constituiu mesmo ocasião para a desmobilização compulsiva, como aconteceu por exemplo nos E.U.A. até 1975. O espectro da gravidez intencional por parte de mulheres militares, no sentido de evitar a mobilização ou permanência em áreas críticas, tem aliás sido frequentemente evocado no sentido de legitimar e repor idênticas políticas de exclusão⁹. Certos autores realçam, no entanto, o facto de essa leitura resultar sobretudo de resistências culturais à integração feminina em especialidades tradicionalmente atribuídas aos homens: "Nenhum tipo ou quantidade de estatísticas que compare perca de tempo de serviço entre homens e mulheres convencerá os soldados homens de que as mulheres grávidas não pretendem 'fugir' (isto é, evitar o trabalho) em funções tradicionalmente masculinas"¹⁰.

Por outro lado, a participação militar feminina veio provocar um fenómeno que não deixa de revestir-se de aspectos problemáticos quando considerada a articulação entre a família e a vida militar: o casamento entre militares. Do ponto de vista da instituição, a existência de casais em que os dois membros prestam serviço coloca dificuldades várias, designadamente em termos da afectação geográfica dos cônjuges. A colocação de ambos em unidades suficientemente próximas de forma a poderem viver juntos nem sempre é possível, dada a específica distribuição geográfica das diferentes armas, serviços ou especialidades a que cada um se encontre vinculado. Mesmo quando essa afectação funcional possa coincidir, a gestão articulada de atribuições - particularmente em termos de serviços nocturnos, deslocações, exercícios, embarques ou mesmo períodos de férias e dispensas - é particularmente complexa, podendo mesmo colidir com princípios de equidade relativamente ao restante pessoal. As possibilidades de escolha, neste caso, seriam de resto limitadas, tanto do ponto de vista geográfico como das próprias funções a desempenhar, o que é reforçado pelo facto de às mulheres se encontrarem vedadas certas especialidades. Daqui alguns analistas consideram que, em tais circunstâncias, emerge a possibilidade de uma das carreiras vir a ser penalizada, o que resulta particularmente nítido após o nascimento de filhos, uma situação que parece aliás inviabilizar a manutenção de carreiras paralelas¹¹. Talvez por isso mesmo, grande parte destes casais decida não ter filhos, optando portanto pela vida profissional.

Não obstante estas dificuldades, variados estudos convergem no sentido de que para as mulheres militares é provavelmente mais fácil prosseguir a carreira se o seu cônjuge for também militar que se este for civil: nesse caso as deslocações implicariam sempre decidir entre uma separação ou a mudança de emprego de um dos membros do casal. Certos autores consideram mesmo que a existência de casais militares poderá beneficiar a instituição, na medida em que isso favorece um maior empenhamento face ao estilo de vida militar e uma melhor compreensão mútua das exigências profissionais¹².

No caso português é demasiado cedo para poder-mos analisar com rigor este tipo de problemas. Dada a fase ainda inicial do processo de recrutamento feminino, não é possível dispor de indicadores que geralmente permitem traçar um quadro mais completo das orientações individuais relativas a motivações e estratégias de carreira, bem como das transformações que a este respeito vão tendo lugar. Referimo-nos concretamente a níveis de abandono, investimento em formação, opção por uma permanência mais ou menos longa etc...

No entanto, a pertinência de que este assunto se reveste noutros países sustenta a convicção de que não deixará de adquirir em Portugal alguma visibilidade nos próximos anos, constituindo uma dimensão incontornável na análise do processo de inserção militar feminina.

Antes mesmo de analisar alguns dos indicadores que, com base na informação empírica em escrutínio parecem apontar nesse sentido, vale a pena reter um quadro genérico de caracterização sociográfica das primeiras militares portuguesas.

Militares portuguesas

O inquérito em referência foi realizado em 1994 com 973 militares dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas - das quais 492 (50,6%) pertencem ao Exército, 336 (34,5%) à Força Aérea e 145 (14,9%) à Marinha - colocadas nas diferentes especialidades, postos e estabelecimentos militares, incluindo as Academias e Escolas Superiores.

Em virtude das condições e políticas que presidiram ao início do recrutamento militar feminino em Portugal, a posição institucional destas mulheres reveste-se de alguma homogeneidade. A sua situação encontra-se, de facto, amplamente determinada pela fase ainda inicial do processo, pelas condições legais de prestação do Serviço Militar, bem como pela estrutura hierárquica e características específicas do 'mercado de trabalho interno' das Forças Armadas.

¹² SEGAL, Mady. The Military and the Family as Greedy Institutions. In MOSKOS, C., WOOD, F. (eds.) Op. Cit., p. 91.

¹³ O Serviço Efectivo em regime de voluntariado compreende a prestação do serviço pelo militar que tendo cumprido o Serviço Efectivo Normal (SEN) - de aproximadamente quatro meses - deseje manter-se ao serviço, por um período de oito a 18 meses. O Serviço Efectivo em regime de contrato é o serviço prestado pelo militar que, após ter cumprido serviço em regime de voluntariado pelo período mínimo de 18 meses, continua ou regressa ao serviço por um período de tempo limitado, que decorre entre dois a oito anos.

Verifica-se, assim, que a grande maioria das inquiridas se concentra nos postos mais baixos da hierarquia, ou seja, na categoria de praças (77,4%), distribuindo-se as restantes 22,6% pelas categorias de oficiais subalternos (12,8%) e sargentos (9,8%). Uma fracção diminuta segue os cursos ministrados nas Academias Militares (2,9%) e na Escola de Sargentos do Exército (5,9%) e apenas 2,9% do contingente feminino teve acesso aos quadros permanentes. As restantes 93,6% encontram-se nos regimes de voluntariado e contrato¹³.

A distribuição por **especialidades** espelha naturalmente esta realidade: a maioria das mulheres inquiridas desempenha as suas funções em áreas 'tradicionalmente femininas', ou seja, perto de 2/3 (60,7%) estão colocadas em especialidades de apoio administrativo/serviços (escriturárias, secretariado e apoio de serviços, abastecimentos etc...) e saúde (médicas, farmacêuticas, socorristas, serviço de saúde etc...). Ressalvando as assimetrias ainda existentes entre os militares dos dois sexos, em termos do seu acesso a um amplo conjunto de funções, importa contudo não elidir o facto de uma percentagem assinalável das mulheres - 32,8% - ter sido recrutada para áreas não tradicionalmente femininas (mecânicas, electricistas, radaristas, comunicações, transmissões, condutores etc...), e mesmo, embora em números muito mais reduzidos (6,6%), para algumas especialidades mais directamente relacionadas com as actividades combatentes (pilotos, pára-quedistas, polícia aérea).

Se passarmos agora a observar algumas variáveis de caracterização pessoal, verificamos estar, também a este nível, perante uma população pouco heterogénea, o que não é de todo surpreendente, dadas as condições específicas do recrutamento militar. Trata-se, com efeito, de uma população bastante jovem: cerca de 90% das inquiridas situa-se na categoria etária 18-24 anos, concentrando-se os restantes 10% no grupo etário 25-30 anos. Não admira, pois, que a esmagadora maioria destas mulheres seja solteira (94%) e não tenha filhos (95,7%), bem como o facto de o grupo mais numeroso ser composto por aquelas que anteriormente à decisão de alistamento eram estudantes (58,2%), seguido pelas que já trabalhavam (31,6%), sendo relativamente poucas as que se encontravam desempregadas, procuravam o primeiro emprego ou que não faziam nada (10,2%).

Já no que respeita à **escolaridade**, verifica-se que cerca de 2/3 das militares possuem habilitações superiores ao 9º ano de escolaridade - 53,9% com o 11º ou 12º anos e 5,3% com curso superior - e apenas cerca de 6%

têm como habilitação máxima o 2º ciclo do ensino básico. Globalmente, a esmagadora maioria (88,8%) é, portanto, detentora do 9º, 11º ou 12º anos de escolaridade.

Por seu turno, em termos de **classe social de origem**¹⁴, observa-se que a mais expressiva percentagem das inquiridas procede de algumas fracções da pequena burguesia e do operariado. Cerca de 1/3 (34,2%) é filha de operários, onde predominam as categorias de operários industriais e pluriactivos, seguindo-se a Pequena Burguesia Proprietária com 22,5%, a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, com 18,8% e, finalmente, a Pequena Burguesia de Execução, com 15,9%. A Burguesia representa apenas 9,1% do total.

Um dado curioso no espectro de recrutamento social das inquiridas é revelado pelo reduzido peso de filhas de militares no total (6,1%). Mesmo no caso das jovens que freqüentam as Academias Militares, onde o índice de auto-recrutamento habitualmente adquire alguma saliência - e se verifica aliás ter vindo a ampliar-se em Portugal a partir de meados da década de 70, período em que atinge no Exército a percentagem média de 31,4%¹⁵ -, é ainda diminuta a sua significância (5,7%).

De uma forma geral, estamos pois perante uma população oriunda de famílias de operários industriais, pequenos proprietários e comerciantes, pessoal de enquadramento e executante do comércio, serviços e administração pública. Saliencia-se a quase ausência das fracções de classe a que correspondem níveis superiores de capital escolar (no caso da Burguesia, as fracções Burguesia Dirigente e Burguesia Profissional; no caso da Pequena Burguesia, a Pequena Burguesia Intelectual e Científica). Isto é confirmado pela análise dos níveis de escolaridade dos pais das militares, cuja grande maioria apenas possui o ensino preparatório - 75,9% dos pais e 83% das mães - verificado-se mesmo uma presença significativa de pais sem qualquer diploma oficial de instrução - 8,1% dos pais e 10,6% das mães.

Pais e namorados

O facto de estarmos perante um grupo de mulheres bastante jovens e na sua esmagadora maioria solteiras, não significa que as questões do casamento e da maternidade não sejam já antecipadas pelas militares, suscitando, em muitos casos, alguma apreensão no que justamente se refere às possibilidades da sua conciliação com a carreira militar.

Antes de passarmos a escrutinar com maior detalhe as opiniões destas jovens no que se refere à constituição futura de uma família, será curioso começar por observar a forma como a opção pelo alistamen-

¹⁴ Na determinação da classe social de origem utilizamos a metodologia desenvolvida por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado em *Famílias, Estudantes e Universidade, Sociologia Problemas e Práticas*, nº4, Lisboa, CIES, 1988.

¹⁵ CARRILHO, Maria. *Democracia e Defesa*. Lisboa: D. Quixote, 1994, p.140.

to militar foi avaliada ao nível da família de origem destas jovens.

De uma forma geral, quando inquiridas sobre a reacção dos pais à sua decisão de se tornarem militares, perto de 70% afirma ter encontrado um bom acolhimento por parte de ambos os progenitores, ligeiramente mais expressivo por parte dos pais (69,8%) que das mães (65,5%), as quais parecem ter também alimentado maiores hesitações iniciais: cerca de 25% das inquiridas declara que a mãe "começou por opor-se, mas depois aceitou", contra apenas 20% no caso dos pais. Por conseguinte, o nível de oposições declaradas terá sido bastante fraco, a julgar pelo facto de apenas cerca de 6% das respostas indicarem atitudes claramente negativas. Este padrão não sofre alterações significativas quando correlacionadas as respostas com outras variáveis, como a classe social de origem ou o nível de escolaridade dos pais, embora neste último caso se observe uma oscilação interessante: enquanto entre os pais mais habilitados (ao nível do ensino secundário complementar ou médio/superior) a percentagem de aceitação declarada se reduz um pouco relativamente à média - situando-se em torno dos 60% -, no caso das mães nessa situação a tendência inverte-se, sendo cerca de 80% as que terão acolhido bem a idéia.

Um quadro distinto é já fornecido pelas respostas à mesma questão quando colocada relativamente aos namorados. Das 534 jovens que responderam - admitimos que se trate do grupo que namorava na altura da entrada nas Forças Armadas - apenas 38,8% afirmam ter sido a idéia bem aceita pelo namorado. Mais de metade atesta pois ter enfrentado uma reacção adversa (32%), ou uma oposição inicial (21,7%). Este aspecto foi, aliás, freqüentemente abordado nas conversas em grupo e individualmente mantidas que se sucederam durante as visitas efectuadas às diferentes unidades militares por ocasião da aplicação do questionário, e que reencontramos também nas observações livremente formuladas pelas inquiridas.

Ora, é justamente aí, mas também, e em especial, na identificação de problemas suscitados pelo facto de se ser mulher no desempenho da actividade militar, que emerge claramente a percepção de dificuldades na esfera da vida familiar e afectiva.

Essa possível incompatibilidade e a instabilidade no desempenho da profissão militar, o sentimento de um crescente distanciamento em relação aos familiares e amigos, bem como a dificuldade em manter relações de namoro harmoniosas, são os principais problemas indicados, e que valerá a pena ilustrar com algumas das observações produzidas.

Globalmente, as dificuldades antevistas relacionam-se sobretudo com os efeitos negativos de uma acentuada mobilidade geográfica. A imprevisibilidade das colocações, a eminência de transferências associadas a freqüentes mudanças de residência, ou ainda, a situação de embarques prolongados na Marinha, apresentam-se como factores potencialmente destabilizadores ao nível familiar:

"(...) Ser militar é sinónimo de vida nómada, e isso significa que não terei estabilidade na família."

"No caso de me casar e ficar grávida, como cuidarei das crianças? Andarei com a casa às costas sempre que mude de base?"

"Penso vir a casar num futuro muito próximo e talvez vir a constituir família. Como a maior parte das minhas colegas, gostaria de ter uma vida mais ou menos calma, sem ter que embarcar."

"Como toda a gente, quero constituir família e neste momento o que mais me preocupa é a maternidade. Acho que não irei ser boa mãe pois não poderei dispensar o tempo necessário para a educação de uma criança."

"Como todas as mulheres, pretendo casar e ter filhos e actualmente nada me assegura que esse sonho se possa concretizar"

Os problemas relacionados com o casamento entre militares, a que acima aludíamos, são já vislumbrados por algumas das jovens que, entretanto, casaram. Trata-se aqui de uma situação que certamente virá a ampliar-se no futuro, a julgar pela elevada percentagem de inquiridas que presentemente declara ter namorados militares: 63,4% no total das que namoram.

"Sou casada também com um militar da Força Aérea do mesmo posto. Temos uma casa nossa; o que nos vai acontecer quando nos começarem a transferir para unidades diferentes e longe? Julgo que deveriam ter previsto situações semelhantes, e providenciar para que um casal automaticamente fosse transferido em conjunto para a mesma unidade."

Por outro lado, a esta situação associa-se curiosamente a ideia de que a família sairá necessariamente penalizada, no jogo das opções e na gestão da dedicação. Só pontualmente a questão é colocada, de forma explícita, em termos da necessidade de escolha: "se continuar no Exército não posso ter filhos", ou "no caso de engravidar, não poderei dar a assistência necessária em casa e por isso vou desistir quanto antes". Na maior parte dos casos, com efeito, o sentimento é o de que a profissão irá 'absorver' a atenção e o tempo necessários para a família:

"(Esta) é uma profissão que requer dedicação, e a

família é posta um pouco de parte mesmo que isso não seja da nossa vontade.”

“O facto de ser militar coloca-me problemas a nível pessoal, pois para haver uma entrega total à profissão (que é exercida 24 horas por dia), é provável que a família se sinta prejudicada.”

“Quando nós mulheres pensarmos em ‘casar e constituir família’, começam a surgir problemas em termos de colocações. Estamos sujeitas a ser transferidas de unidade e termos que dar mais assistência à vida militar que propriamente à vida familiar.”

A relação com o cônjuge, não deixa também de ser motivo de apreensão, especialmente se se tratar de um civil:

“Embora goste de andar na tropa, influencia-me, porque o rapaz com quem ando não aceita a ideia de, no futuro, namorar com uma militar e muito menos constituir família.”

“No caso de me casar, o meu marido poderá não aceitar o facto de eu estar na tropa, pois isso implica ciúme e desavenças.”

“Para mim, qualquer mulher que pretenda seguir uma carreira militar, tal facto vai-lhe afectar a vida no campo pessoal. Como é que nessa situação uma mulher vai pensar em casar e ter filhos? Qualquer homem se lhe perguntarmos: ‘Gostaria que a sua noiva, futura esposa, deixasse a tropa?’ O que é que ele respondia? Só deste exemplo se vê porque é que é tão complexo e difícil o desempenho militar feminino; é de facto a maior dificuldade que passamos como militares.”

Um outro aspecto que convirá ainda salientar neste âmbito, refere-se às consequências de um casamento ou gravidez em eventuais apreciações sobre o estatuto e desempenhos da mulher militar no seio da organização:

“No caso do casamento, ou no caso da gravidez, uma mulher militar que case na tropa, é logo posta de parte(...) no caso da gravidez ainda é pior porque um homem que olhe para nós parece que está sempre a afirmar que no caso de nos casarmos ou termos filhos não teremos vida para a tropa.”

“Ainda não é encarado com bons olhos que durante a gravidez a mulher não pode desempenhar determinadas funções, como deslocamentos para o exterior.”

O conjunto de comentários transcritos retrata, assim, de forma emblemática, as dificuldades de compatibilização entre as exigências de duas instituições tendencialmente vorazes. A forma como a organização militar, os seus membros em geral, e as mulheres em particular, procurarem gerir a tensão que daí

resulta, terá certamente consequências importantes para qualquer das esferas.

O que acontecerá se, conforme supõem alguns autores, o casamento e a maternidade tenderem a promover alguma erosão do empenhamento institucional entre as mulheres militares? Poderá a instituição militar confrontar-se com o abandono precoce de elementos qualificados - especialmente em conjunturas económicas favoráveis no mercado de trabalho - e enfrentar assim maiores dificuldades de recrutamento?

Mesmo em países com uma mais ampla experiência de participação militar feminina, estas questões continuam a colocar-se com acuidade, permanecendo em larga medida por resolver.

Do ponto de vista das políticas a serem seguidas pelas Forças Armadas, não admira pois que nalguns sectores se considere fundamental a implementação e expansão de redes de apoio à infância. Um tal sistema seria útil não apenas no apoio às mães militares mas também para fazer face às necessidades de pais e mães sós com crianças a cargo ou ainda de casais militares. Da mesma forma surgem sugestões no sentido da instituição de um estatuto especial equiparável a uma reserva temporária para o período de licença de maternidade, extensível a alguns anos, sem perda de direitos na altura do reingresso¹⁶.

Independentemente da aplicabilidade destas ou de outras medidas, será certamente decisiva a capacidade de adaptação da instituição militar às transformações em curso na sociedade global. Como sublinha Emmanuel Reynaud, "Independentemente do antagonismo que tradicionalmente a opõe à família, a instituição militar não pode de facto negligenciar os problemas conjugais do seu pessoal, arriscando-se a ser confrontada com crescentes dificuldades face à evolução das atitudes das mulheres militares"¹⁷.

¹⁶ MOSKOS, C., WOOD, F. (eds.)
Op. Cit., p. 285/286.

¹⁷ REYNAUD, Emmanuel. Op.
Cit., p.133.